

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

DIREITO MILITAR

ISSN 1981-3414

ANO XX - NÚMERO 127 - JANEIRO/FEVEREIRO DE 2018



BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ NA GUERRA DO PARAGUAI.



João Carlos Toledo Júnior¹

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo será realizada uma análise da participação da Polícia Militar do Paraná na Guerra do Paraguai, sendo que neste conflito bélico sul-americano, a força pública paranaense contava com pouco mais de 10 anos de criação e possuía um efetivo pequeno em comparação ao contingente do Exército da Nação, contudo em virtude da vontade de seus integrantes, ocorreu uma grande procura pelos rincões das terras paranaenses o que proporcionou um considerável efetivo de voluntários que na sequência foram empregados nos campos de batalhas.

Com relação ao aprofundamento do estudo, foi utilizado o método explicativo para analisar e correlacionar os aspectos envolvendo os fatos ensejadores do conflito bélico com a contribuição dos milicianos das araucárias, buscando ainda explicar as razões dos resultados alcançados pela força pública paranaense.

No que tange a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, buscando respostas para o presente trabalho em livros, artigos, jornais, teses, periódicos, etc. e também em material impresso disponível em museus e organizações militares federais e estaduais.

2. HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Conforme as lições do saudoso Capitão da PMPR João Alves da Rosa Filho (1999), o Paraná até o ano de 1853 era uma comarca de São Paulo, vivendo entregue ao abandono e à inércia devido à grande distância que a separava da metrópole paulista.

As primeiras ideias de separação surgiram em 1811,

quando Paranaguá procurou obter um governo provisório, encaminhando ao Príncipe D. João VI uma representação que não alcançou o sucesso desejado, mas outras razões históricas vieram atuar com força ascendente para que o desejo de separação se tornasse cada vez mais intenso, assim novas tentativas foram feitas neste sentido e o assunto voltou a ser amplamente debatido no Senado, sendo que em 29 de agosto de 1853, o projeto foi aprovado e, ao transformar-se na Lei n.º 704, tornou o Paraná a mais nova província do Império.

Para organizar o governo, foi designado por Dom Pedro II o estadista baiano Zacarias de Goés e Vasconcellos, sendo a solenidade de instalação da nova província realizada no dia 19 de dezembro de 1853, destacando ser esta data consagrada como a emancipação política do Paraná (Lei Estadual n.º 18.384, de 17 de dezembro de 2014).

Efetivada a nova província, um dos principais problemas constatado pelo novo governante paranaense foi relacionado com a segurança pública, que não possuía uma força necessária para combater os impulsos criminosos dos fora-da-lei que cometiam assaltos e praticavam desordens.

Por isso, uma das medidas prioritárias foi a criação mediante a Lei n.º 7, de 10 de agosto de 1854, da Companhia da Força Policial, sendo considerada a primeira organização Policial Militar do Paraná, destacando que a Lei n.º 8, da mesma data, extinguiu a Guarda Policial que havia sido instituída pelo governo paulista em 1834.

Para garantir a ordem e a paz dos 62.000 mil habitantes que então viviam na província, o efetivo da Companhia foi fixado em 67 (sessenta e sete) homens, contendo 03 (três) oficiais e 64 (sessenta e quatro) praças, sendo o seu primeiro

1 Militar Estadual (Cap. QOPM), lotado na 1.ª Seção do Estado-Maior da PMPR. Bacharel em Direito pela Faculdade Dom Bosco, Pós-graduado em Direito Militar pela UNIDERP/ANHANGUERA, Pós-graduado em Direito Penal pela UNIASSSELVI e Pós-graduado em História Militar pela UNISUL. Atualmente lotado na Casa Militar do Paraná.

comandante o Capitão de primeira linha do Exército, Joaquim José Moreira de Mendonça, que, a convite do Presidente Zacarias, veio diretamente da corte do Rio de Janeiro. Seu primeiro regulamento foi elaborado por uma comissão de oficiais do Exército e entrou em vigor a partir do dia 5 de dezembro de 1854.

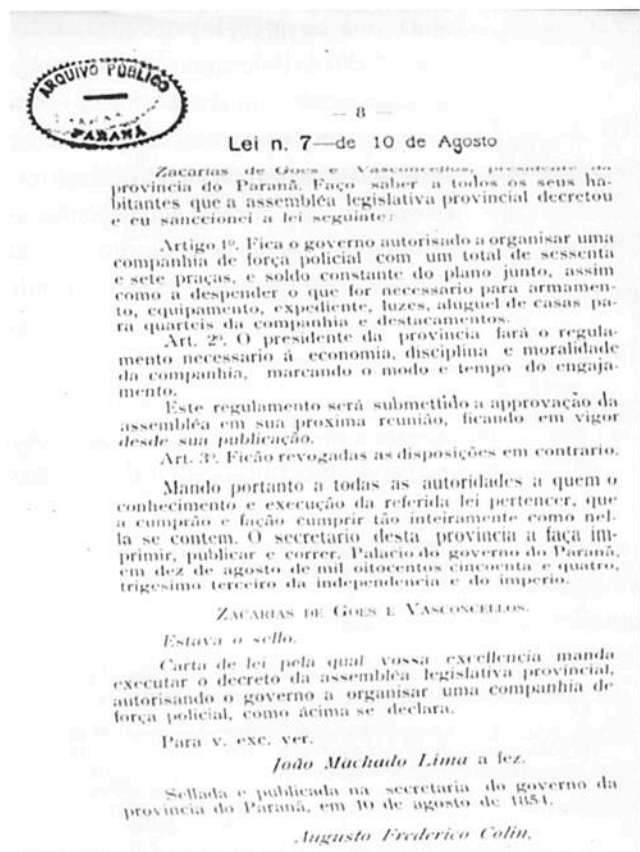


Figura 1: cópia digitalizada da Lei de criação da PMPR.

Subordinada diretamente ao Presidente da Província, além de sua criação ter sido alicerçada nas tradições seculares de “assegurar a paz pública e auxiliar a justiça”, competia-lhe a prisão de criminosos, o patrulhamento e rondas nas cidades, vilas e freguesias, estradas, além de outras diligências.

No ano de 1865, quando a companhia de força policial fornecia um grande contingente para organização dos Corpos de Voluntários da Pátria do Paraná, que sob entusiásticas e calorosas aclamações marcharam avante na defronta dos brios nacionais, destacando que no próximo capítulo será narrada a brilhante participação dos bravos militares estaduais durante a Guerra do Paraguai, sendo que os grandes claros abertos em suas fileiras e os hábitos adquiridos na longa permanência neste conflito bélico sul-americano impuseram a esta Corporação uma necessidade de cumprir com sua missão na Província.

Sancionada a Lei n.º 380, de 30 de julho de 1874, passou a denominar-se Corpo Policial, constituída de 02 (duas) subunidades e com um efetivo de 202 (duzentos e dois) homens, sendo o cargo de comandante elevado para o posto de Major e com esta reorganização, surgiu a escola de instrução primária, destinada a elevar o nível intelectual das praças em uma época em que o ensino era privilégio de pessoas ricas.

A Lei n.º 486, de 13 de abril de 1878, elevou ao posto de Tenente-Coronel o cargo de comandante, sendo que após a proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, a junta governativa baixou o Decreto n.º 104, de 9 de agosto de 1890, que elevou o número de oficiais para 08 (oito) e o de praças para 300 (trezentos), prevendo uma seção de Cavalaria e reorganizando a Banda de Música que havia sido dissolvida em 1883. O cargo de Comandante-Geral passou ao posto de Coronel, no qual foi investido o Capitão do Exército Carlos Delphim de Carvalho, bem como foi instituído o cargo de Major Fiscal (equivalente ao atual Chefe do Estado Maior), sendo preenchido pelo Capitão Salvador João Fernandes e as companhias foram aumentadas para 03 (três).

Em 03 de fevereiro de 1891, o novo Comandante (Coronel Cândido Dulcídio Pereira) mudou a sede do quartel para um prédio do Estado e realizou outras obras de vulto, adquirindo o material e o armamento necessário a Corporação. Durante o comando desse notável militar paranaense, foi sancionada a Lei n.º 36, de 05 de julho de 1892, que estruturou um corpo misto de cavalaria e infantaria, com a denominação de Regimento de Segurança, aumentando o efetivo para 20 (vinte) oficiais e 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) praças, adquirindo também 68 (sessenta e oito) equinos.

No período de 06 de setembro de 1893 até o dia 12 de maio de 1894, a Polícia Militar esteve empenhada na Revolução Federalista, sendo que durante esse período participou ativamente incorporada ao Exército Brasileiro em vários conflitos bélicos, destacando o Cerco da Lapa onde tombou seu Comandante Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Finda essa campanha e com a nomeação do Major Ignácio Gomes da Costa para o Comando-Geral, ocorreu a aquisição do novo quartel central, a compra de moderno material e a renovação de seus quadros, então desfalcados em decorrência do movimento revolucionário.

Em 1912, novamente volta o Regimento de Segurança empenhar-se em sangrentos combates em defesa do Estado e das instituições, sendo que desta vez o seu objetivo foi assegurar a ordem e a tranquilidade pública nos sertões de Palmas. Em 22 de outubro desse ano, tombaram mortos no campo de luta o seu Comandante Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho e outros valentes policiais militares, ficando outros

gravemente feridos, dentre eles o Alferes Sarmiento, hoje patrono da PMPR.

Esse conflito bélico foi considerado o percussor da Campanha do Contestado, que apresentou para as forças em operação uma das mais difíceis missões militares, uma vez que a zona conflagrada abrangia uma extensão de quase 50.000 mil quilômetros quadrados, por onde os fanáticos se espalhavam protegidos por uma mata espessa do sertão bravo, e emboscavam as tropas do governo.

Como reconhecimento a sua atuação, sempre ao lado das Forças Armadas, o Regimento de Segurança passou a denominar-se Força Militar do Estado, incorporando-se à primeira linha do Exército Nacional, na qualidade de força auxiliar face ao acordo firmado entre a União e o Estado.

Em 16 de julho de 1924, a força pública militar paranaense entrou novamente em ação, desta vez marchando para o Estado de São Paulo, integrada ao 1.º Batalhão de Infantaria, sob o comando do então Capitão Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento, dando combate às forças revolucionárias paulistas chefiadas pelo General Izidorio Dias Lopes.

De 1926 a 1927, a Corporação participou ativamente nos ataques de Correia e Bandeiras, nas proximidades de Catanduvas e, ainda neste último ano, dava combate ao bando de jagunços comandados pelo caudilho Fabrício Vieira. Em 1930, a polícia militar participou ao lado das tropas revolucionárias, ajudando de modo decisivo nas ações desencadeadas na fronteira com Itararé.

Em 1932, a Corporação incorporou-se na famosa “Coluna Plaisant”, marchando de Curitiba a 14 de julho a fim de dar combate às forças paulistas que guarneciam a Capela da Ribeira, abrindo com recursos próprios, uma das portas mais resistentes que possuía a fronteira de São Paulo. Durante essa campanha, ficou caracterizado o procedimento altruístico às populações civis nos terrenos conquistados e no respeito dispensado aos prisioneiros.

A Polícia Militar de hoje deixou suas velhas tradições beligerantes, sendo que seus integrantes glorificam os feitos bélicos realizados pelos seus antecessores, destacando que a partir de 1946 a Corporação entrou na sua fase contemporânea nos termos da Constituição Federal, assim como uma instituição estadual fardada e armada, estruturada na base da disciplina e hierarquia, realizando com primazia sua missão em todos os momentos da sociedade paranaense e

brasileira.

A partir da década de 50, teve seus efetivos ampliados, remodelou a sua estrutura organizacional, passando a contar com unidades especializadas, adaptando seus uniformes, equipamentos, meios de comunicações e de transportes.

A partir de 29 de março de 1980, introduziu o policiamento urbano denominado “Módulo Policial Militar”, que serviu como paradigma aos demais Estados da Federação. Outros sistemas de policiamento vêm sendo adotados para maior segurança da comunidade paranaense e suas organizações estão sendo interiorizadas cada vez mais, destacando a implantação no início do Século XXI da filosofia da polícia comunitária, buscando conseguir maior atuação comunitária e participação social, pois além do policiamento ostensivo, presta serviços de cunho social, de ajuda aos carentes e de salvamentos e proteção por ocasião de desastres, calamidades públicas e outras ações.

“Esse conflito bélico foi considerado o percussor da Campanha do Contestado.”

LEI N.º 102 — DE 18 DE ABRIL DE 1864.

José Joaquim do Carmo, bacharel formado em sciencias sociais e jurídicas pela academia de S. Paulo e presidente da provincia do Paraná.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º A força policial da provincia para o anno de 1864—1865 constará de setenta e uma praças com a organização e vencimentos constantes do plano annexo.

Art. 2.º A banda de musica fica reduzida a oito praças, que empregar-se-hão exclusivamente no serviço peculiar a arte.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições contrarias.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia do Paraná, aos dezoito dias do mez de Abril do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e quatro, 43.º da independencia e do imperio.

JOSÉ JOAQUIM DO CARMO.

(L. do S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial fixando a força policial da provincia para o anno de 1864 a 1865, como acima fica exposto.

Para V. Ex. ver.

José Ricardo Guimarães Alves a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia, aos 18 de Abril de 1864.

Bruno Henriques d'Almeida Seabra,

Secretario do governo.

Registrada no livro 2.º de leis e decretos da assembléa legislativa provincial a fs. 35.

2.ª Secção da secretaria do governo do Paraná, em 18 de Abril

José Ricardo Guimarães Alves.



Figura 2: cópia digitalizada da Lei n.º 102, de 18 de abril de 1864.

3. PARTICIPAÇÃO NA GUERRA DO PARAGUAI

O Governo Imperial no dia 07 de janeiro de 1865 baixou o Decreto n.º 3.371, criando extraordinariamente os corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que voluntariamente quisessem se alistar.

Na parte relativa às polícias militares, esse ato dispunha em seu art. 13 que as praças dos Corpos de Polícias do Império e os indivíduos que já tiveram obtido baixa desses corpos e dos de 1.ª linha, terão todas as vantagens concedidas aos voluntários das guardas nacionais.

A PMPR possuía pouco mais de 10 anos de existência e contava com a previsão de 71 (setenta e um) integrantes, divididos em: 01 (um) Capitão, 01 (um) Tenente, 02 (dois) Alferes, 01 (um) 1.º Sargento, 02 (dois) 2.º Sargentos, 01 (um) Furriel, 04 (quatro) Cabos, 16 (dezesesseis) Músicos, 41 (quarenta e um) Soldados e 02 (dois) Corneteiros

Nos livros de “*Escalla de Abono de Serviços e Mestre*” da Corporação estão registrados os nomes dos oficiais que a integravam: Capitão Manoel Eufrásio de Assumpção (Comandante da Força), Tenente Antônio Emílio Vaz Lobo, Alferes Nestor Augusto Morocines Borba (Comandante do Destacamento de Guarapuava) e Nicolau José Lopes (Comandante do Destacamento de Castro), sendo que quase a totalidade das praças encontrava-se destacada em diferentes localidades.

Entretanto, não havia condições de transformar a Companhia Policial em um corpo de voluntários da Pátria, assim, atendendo ao apelo do Imperador Dom Pedro II, seus integrantes começaram a se apresentar espontaneamente às forças que estavam sendo organizadas no Paraná.

Portanto, havia a necessidade do recrutamento de paranaenses para a formação dos corpos de voluntários e complementação dos efetivos do Exército, sendo que visando aumentar a força do Exército para a guerra, o Presidente da Província do Paraná, Dr. André Augusto de Pádua Fleury, ordenou a convocação da Guarda Nacional em todas as paróquias e invocou o patriotismo de todas as autoridades do Paraná, destacando que para realização dessa tarefa, foram nomeados por ato do Ministério da Guerra, como recrutadores da força pública paranaense os seguintes oficiais: Tenente Antônio Emílio Vaz Lobo (05/04/1865), Alferes Nicolau José Lopes (24/04/1865) e, como voluntário, Nestor Augusto Morocines Borba. Merece ser destacado, que esses oficiais conseguiram recrutar um elevado número de voluntários, conseguindo o efetivo nas cidades de Curitiba e redondezas, Castro e Guarapuava.

No documento de 08 de julho de 1865, de lavra do Brigadeiro Polidoro da Fonseca Quintanilha, Ajudante General

do Ministério da Guerra, consta a nomeação dos seguintes oficiais para o 25.º Corpo de Voluntários da Pátria: Comissionado em Capitão o Tenente Antônio Emílio Vaz Lobo (3.ª Companhia) e Comissionado em Tenente o Alferes Nestor Augusto Morocines Borba (5.ª Companhia), sendo que para substituí-los na força pública paranaense, foi promovido a Tenente o Alferes Nicolau José Lopes e a Alferes o 2.º Sargento Pedro José Queiroz.

No mês de fevereiro de 1865, foi formada a primeira companhia de voluntários paranaenses, constituída de 03 (três) oficiais e 75 (setenta e cinco) praças, sendo incorporados os seguintes policiais militares: 1.º Sargento Bento da Silva Cordeiro, Cabo Isidoro Gonçalves de Araújo, Músicos Clarimundo José da Silva, Manoel Ephigênio dos Santos e Manoel Nascimento da Silva, Corneteiros Antônio Roberto e Miguel Gonçalves, Soldados Basílio Garcia Gonçalves, Antônio José Rodrigues, João Batista de Oliveira, Diogo José do Nascimento, Francisco Antônio da Cruz e Fidêncio Leme do Prado.

Inicialmente, foram incorporados ao 31.º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado com 06 (seis) Companhias de Polícia da Corte do Rio de Janeiro, sendo que após foram incorporados em outros corpos patrióticos, dentre eles o 25.º e o 42.º, destacando que participaram de inúmeras batalhas ao longo desse conflito bélico sul-americano.

FORÇA POLICIAL.—A 15 de Abril e 27 do mez findo, nomeei ao alferes Nicolau José Lopes, para o posto de tenente da companhia de policia; e ao 2.º sargento Pedro José de Queiroz e cidadão Alexandre Gomes de Medeiros, para os d'alferes da mesma companhia.

Figura 3 - Publicação no Jornal Dezenove de Dezembro (1865), referente a promoções na força pública paranaense.

NOTICIARIO.

ENCERRAMENTO.— No dia 21 do corrente foi encerrada a assemblea legislativa desta provincia, proferindo o seu presidente nesse acto, o discurso que se acha transcripto na 1.ª pagina desta folha.

NOMEAÇÕES.— Por aviso do ministério da guerra, de 5 do corrente, foi nomeado recrutador da comarca da capital, o tenente da companhia de policia Antonio Emilio Vaz Lobo.

Figura 4 - Publicação no Jornal Dezenove de Dezembro (1865), referente à nomeação do Tenente Antônio Emílio Vaz Lobo.

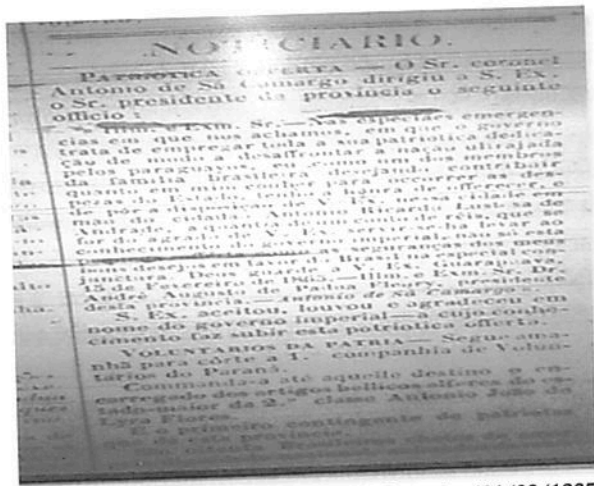


Figura 5 - Publicação no Jornal Dezenove de Dezembro (01/03/1865), relatando o embarque do primeiro contingente de voluntários da pátria Paranaense.

Até o final de 1867, o Paraná havia contribuído para a guerra com um total de 1.239 pessoas, assim distribuídos: 517 da Guarda Nacional, 416 voluntários da pátria – entre os quais estavam incluídos os 54 PM, 221 da Força de Primeira Linha e 85 Recrutas.

Destacando que, os nomes e quantidade citada de policiais militares voluntários da pátria foram extraídos da obra do saudoso Capitão João Alves da Rosa Filho (2000), bem como das ordens-do-dia dos comandos-em-chefe das forças brasileiras em operações na Guerra do Paraguai.

3.1 Batalhas com a presença de integrantes da força pública paranaense

Na Batalha de Tuiuti, no dia 24 de maio de 1866, podemos destacar o grave ferimento recebido pelo Tenente Nestor Augusto Morocines Borba, quando um projétil atravessou o seu peito deixando-o inválido para o serviço em campanha, sendo, no dia 16 de outubro do mesmo ano, promovido ao posto de Capitão do Exército mediante o contido no Decreto de 26 de setembro de 1866.

No dia 25 de maio de 1867, o jornal *Dezenove de Dezembro* noticiava a sua chegada em Curitiba, conforme o extrato (Figura 6).

Ainda, segundo o contido na Ordem-do-dia n.º 525, de 01 de agosto de 1866, foram feridos nesse combate os militares paranaenses: Diogo José do Nascimento e Joaquim José de Souza, João Gonçalves de Faria e Manoel Fausto do Nascimento. Morreram os militares, Antônio Joaquim de Mello e João Pereira de Oliveira.

Na tomada de Humaitá, no combate do dia 19 de fevereiro de 1868, morreram e ficaram feridos diversos integrantes do 31.º Corpo de Voluntários da Pátria, destacando o nome

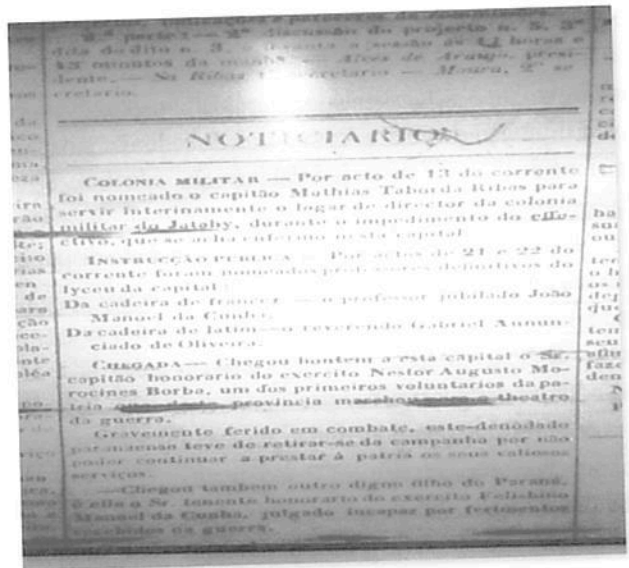


Figura 6 - Publicação no Jornal Dezenove de Dezembro (25/05/1867), noticiando a chegada do oficial Nestor A. Morocines Borba.

abaixo do militar da força pública paranaense, Soldado João Martins Fontes, que morreu nesta batalha conforme o contido abaixo:

QUARTEL GERAL EM TUYUCUÉ, 21 DE FEVEREIRO DE 1868

ORDEM DO DIA N. 4

Tendo assumido no dia 13 de Janeiro proximo passado, o comando em chefe dos exercitos aliados em operações contra o governo do Paraguay, por se ter retirado S. Ex. o Sr. General D. Bartholomeu Mitre para Buenos-Ayres, afim de tomar o mando supremo para a republica Argentina, cujo vice-presidente havia fallecido, deliborei desde logo percorrer toda a nossa linha, que se estende desde o Chaco até a villa do Pilar.

Assim o fiz, tendo examinado no Chaco todos os pontos occupados pelas nossas forças de terra, e reconhecido a natureza d'esse terreno, o dos adjacentes. Visitando a esquadra encouraçada, e tendo ido examinar de perto, e em companhia do Exm. Sr. Vice-

— 191 —

31º corpo dito.
Mortos: Capitão João Firmiano dos Santos; Tenentes Virgilio José Enéas, José Theophilo Paranaçuã; Alferes João Antonio Pina de Oliveira, Alonso da Cunha Barbosa, Candido Joaquim da Silva, Josuino de Sant'Anna Carpes, Francisco Xavier da Cruz Sampaio; 2º cadete ferriol Benedicto Xavier de Campos; ferriol Prudente Xavier da Costa; cabos Manoel Luiz da Rocha, Francisco Simões da Fonseca Manoel da Silveira Dutra, Alfredo João da Silva Caldeira; ansoçadas Francisco Apolinario da Silva; soldados José Gonçalves da Silva, José Eduardo dos Santos, Laurindo José Ribeiro, José Carlos de Souza Ruas, José Emilio Pereira, Antonio Gomes da Silva, José Manoel Porfirio, João Ferreira da Silva Maia, Francisco Innocencio, João Nunes da Silva, Marcirio Ferreira Bastos, Manoel Rosa da Fonseca, Firmiano Lenos Pereira do Bonfim, João Felippo da Rocha, Benedicto Antonio Soares, João Martins Fontes, Manoel Corrêa da Silva, Patricio da Rocha, Amancio Bonifacio da Silva, Francisco Antonio da Silva, Domingos Francisco Coelho, Joaquim de Sant'Anna de Silva, José Silverio de Souza; corneta Manoel de Almeida.

Considerando o contido no material literário, bem como analisando a documentação obtida após consulta ao Arquivo

Histórico do Exército (Ordens-do-dia), observa-se que os integrantes da então Companhia da Força Policial do Paraná participaram em diversas batalhas ao longo da Guerra do Paraguai, destacando no combate de *Lomas Valentinas*, Cerro-Corá, Curupaiti e Forte de Itapiru.

Ainda, podemos destacar alguns nomes de militares paranaenses que participaram incorporados aos Corpos de Voluntários da Pátria:

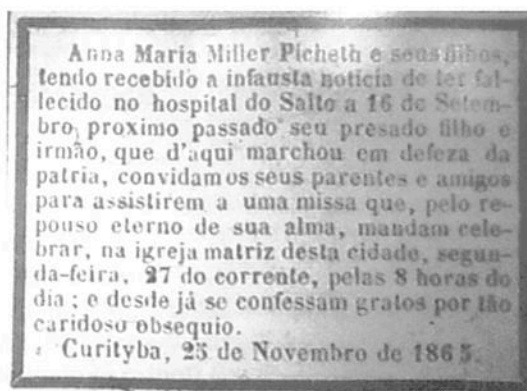
- a. **Francisco Alves Pereira Martins:** galgou o posto de Tenente no 13.º CVP e em 20 de março de 1866, obteve baixa do serviço e foi dispensado da comissão do posto por haver adquirido moléstia em campanha;
- b. **Manoel José da Costa:** pela sua bravura foi nomeado Tenente em comissão por Decreto de 19 de agosto de 1867, sendo que no dia 20 de março de 1868 foi agraciado como Cavaleiro da Ordem da Rosa pelo Imperador;
- c. **Antônio José de Almeida Bicudo:** foi incorporado como 2.º Sargento no 16.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, tendo saído ferido no combate travado no dia 19 de fevereiro de 1868 (Forte Humaitá) como integrante do 31.º Corpo de Voluntários da Pátria;
- d. **Antônio José Rodrigues:** ferido no combate travado no dia 17 de abril de 1866, nas margens do Rio Paraná. Promovido a 2.º Sargento, tombou morto no combate de 22 de setembro de 1868;
- e. **Manoel Jacinto Pinheiro:** morto no combate do dia 07 de outubro de 1867, no bombardeio de linhas avançadas, pertencendo ao 29.º Corpo de Voluntários;
- f. **Bento Luciano da Silva Cordeiro:** galgou o posto de Tenente em comissão no 25.º Corpo de Voluntários, sendo que pela ordem-do-dia n.º 443, de 21 de abril de 1865 do Ministro da Guerra, foi designado para servir na província de Mato Grosso;
- g. **João Batista de Oliveira:** ferido no combate de Curupaiti, conforme ordem-do-dia n.º 88, de 10 de outubro de 1866;
- h. **João Antônio da Luz:** conforme a ordem-do-dia n.º 517, de 07 de junho de 1866 integrava a tropa que ocupou a ilha paraguaia em frente ao forte de Itapiru, na margem direita do Alto Paraná;
- i. **Antônio Joaquim Santana:** cabo ferido no combate de 25 de dezembro de 1868, em Lomas Valentinas;
- j. **Francisco Antônio de Oliveira:** cabo ferido no combate do dia 18 de julho de 1866, sendo que pela ordem-do-dia n.º 618 de 1868, foi promovido ao posto de Alferes

“Até o final de 1867, o Paraná havia contribuído para a guerra com um total de 1.239 pessoas.”

do Exército pelos relevantes serviços prestados na guerra contra o governo do Paraguai e no dia 31 de julho de 1868 foi investido no cargo de ajudante de ordens do Presidente da Província da Paraíba;

- k. **Antônio Roberto:** seguiu para a guerra como corneteiro e foi um dos primeiros brasileiros a adentrar no Palácio do ditador Solano Lopes em Assunção;
- l. **Vicente Nery Pereira:** escravo liberto, durante os cinco anos de campanha teve participação ativa e brava em todas as grandes batalhas em que tomou parte sob as ordens de Osório, Caxias e Conde d’Eu, entrando com as tropas em Assunção no dia 05 de janeiro de 1869. Pela brilhante participação, no dia 10 de julho de 1875 recebeu a mais alta condecoração do Império: Medalha da Campanha Geral do Paraguai, destacando que essa honraria era feita com o bronze dos canhões tomados do inimigo;
- m. **Fidêncio Leme do Prado:** incorporado ao 27.º Corpo de Voluntários, sendo ferido nos combates de 22 a 24 de maio de 1866, recebendo as honras do posto de Alferes do Exército, servindo na força pública paranaense por 02 meses e 07 dias, falecendo com as honras do posto de Major do Exército Brasileiro;
- n. **João José Pichet:** era oficial da companhia de força policial paranaense, sendo nomeado oficial subalterno na 1.ª companhia de Voluntários da Pátria por ato da Presidência, de 27 de fevereiro de 1865, vindo a falecer no hospital militar

da cidade argentina de Concórdia (margem do Uruguai) no dia 16 de setembro de 1865 e enterrado no cemitério desta localidade onde permanece até os dias atuais. Sobre seu falecimento, cabe ressaltar a publicação contida no *Jornal Dezenove de Dezembro*, na edição de 25 de novembro de 1865, referente à missa de sétimo dia pelo ocorrido, conforme abaixo:



3.2 A Bandeira do Brasil nos aposentos de Solano Lopes

Consoante lição esculpida na obra do saudoso militar da força pública das araucárias João Alves da Rosa Filho (2000) e o contido no site: www.myheritage.com.br/FP/newsItem.php?s=4085881&newsID=11&sourceList=dir, os militares paranaenses voluntários da pátria Fidêncio Leme do Prado, Clarimundo José da Silva e Antônio Roberto foram um dos primeiros a se dirigirem ao palácio do ditador paraguaio na cidade de Assunção, sendo que encontraram uma bandeira brasileira que servia de tapete nos aposentos de Solano Lopes.

Este acontecimento foi publicado no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, na edição de 13 de setembro de 1922, pois o veterano da guerra do Paraguai, Fidêncio Leme do Prado, no dia 7 de setembro, por ocasião da comemoração do centenário da Independência do Brasil viajou até a Capital da República onde apresentou a citada bandeira, destacando ter sido acompanhado pelos militares paranaenses Clarimundo José da Silva (Músico) e o corneteiro-mor Antônio Roberto.

Segundo o referido combatente, a bandeira teria sido retirada do navio Marques de Olinda, juntamente com a outra bandeira que estava no Quartel General de Humaitá, sendo utilizada como tapete no gabinete do ditador paraguaio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às informações contidas no presente artigo, podemos destacar que a participação dos integrantes da sesquicentenária Polícia Militar do Paraná neste conflito bélico marcante na História Militar Brasileira foi de grande envergadura não apenas nos campos de batalhas, como nos aspectos de recrutamentos de combatentes realizada por alguns oficiais da então Companhia de Força Policial do Paraná, conseguindo recrutar vários homens para os Corpos de Voluntários da Pátria.

Ainda, pela análise da obra do saudoso Capitão João Alves da Rosa Filho e das ordens do dia disponibilizados pelo Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, os integrantes da força pública das araucárias destacaram-se em vários com-

bates em solo estrangeiro com algumas baixas e ferimentos, inclusive com a concessão da maior honraria pela participação nesse conflito bélico sul-americano para alguns militares paranaenses.

Outro fato a ser ressaltado, diz respeito à quantidade de milicianos paranaenses que se voluntariaram para ingressar neste conflito bélico, uma vez que a Corporação contava com um efetivo previsto de 71 (setenta e um) oficiais e praças, sendo que passado alguns anos da guerra, observou-se a presença de mais de 50 (cinquenta) militares das araucárias nos campos estrangeiros, lutando pela pátria juntamente com outros brasileiros.

Ainda, por meio da análise do material pesquisado, podemos afirmar que a participação dos integrantes da força pública paranaense ocorreu de maneira louvável, pois vários policiais receberam elogios e promoções em virtude das condutas impecáveis demonstradas nos campos de batalha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Legislações referentes à força pública paranaense. Curitiba/PR. 2016.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. Publicações em jornais paranaenses referentes a acontecimentos envolvendo integrantes da força pública paranaense. Curitiba/PR. 2016.
- CARNEIRO, D. **O Paraná na história militar do Brasil**. Coleção Farol do Saber. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- GUILMANN, Everaldo. **Uniformes da Polícia Militar do Paraná e Corpo de Bombeiros, de 1854 a 2004**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.
- ORDENS-DO-DIA DA GUERRA DO PARAGUAI. Arquivo Histórico do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro/RJ. 2016.
- ROSA FILHO, J.A. **Guerra do Paraguai**. Curitiba: AVM, 2000.
- WEIGLEY, Russel F. **Novas dimensões da história militar**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1982.

PROMOTOR, ADVOGADO E MILITAR ASSOCIE-SE À AMAJME

Promotores, Advogados e Militares das Forças Armadas e das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares podem se associar à Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, na condição de sócios especiais, recebendo o Jornal da AMAJME e a Revista "Direito Militar", além de redução das taxas de inscrições nos eventos promovidos por esta Associação.

MAIORES INFORMAÇÕES:

Fone 48 – 3224.3488 Fax 3224.3491

E-mail: amajme@uol.com.br / amajme@amajme-sc.com.br - www.amajme-sc.com.br

Av. Osmar Cunha, 183, Ed. Ceisar Center Bloco "B" Sala 1109

Centro Florianópolis – SC – CEP: 88015-100

